

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO AO  
PROJETO DE LEI N ° 4.177, DE 2001  
(do Sr. PEDRO EUGÊNIO)

Altera os valores expressos em Reais das tabelas progressivas de incidência do Imposto de Renda das pessoas físicas, bem como de deduções permitidas constantes da Lei n ° 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1 ° Esta Lei, na forma do art. 2 °, altera, para o ano-calendário de 2002, os valores expressos em Reais das tabelas progressivas mensal e anual do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, bem como de deduções permitidas constantes da Lei n ° 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e dá outras providências.

Art. 2 ° O caput do art. 3 °, os incisos III e VI do art. 4 °, o inciso I do § 2 ° do art. 7 °, a alínea “b” e “c” do inciso II do art. 8 ° e o art. 11 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3 ° O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7 °, 8 ° e 12 da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva em Reais:

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até R\$1.200,00	Isento	-
Acima de R\$1.200,00 até R\$1.400,00	5	180,00
Acima de R\$ 1.400,00 até R\$ 2.400,00	15	320,00
Acima de R\$2.400,00 até R\$6.000,00	25	440,00
Acima de R\$6.000,00 até R\$12.000,00	30	740,00
Acima de R\$12.000,00	35	1.340,00

Art. 4 ° .....

III – a quantia de R\$120,80 (cento e vinte reais e oitenta centavos) por dependente;

.....

VI – a quantia de R\$1.207,96 (um mil, duzentos e sete reais e noventa e seis centavos), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade.

.....

Art. 7 ° .....

§ 2 ° .....

I – as pessoas físicas cujos rendimentos tributáveis, exceto os tributados exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva, sejam iguais ou inferiores a R\$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), desde que não enquadradas em outras condições de obrigatoriedade de sua apresentação;

.....

Art. 8 ° .....

II - .....

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1 °, 2 ° e 3 ° graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$2.281,70 (dois mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta centavos);

c) à quantia de R\$1.449,55 (um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) por dependente;

Art. 11. O imposto de renda devido na declaração será calculado mediante a utilização da seguinte tabela:

<b>Base de Cálculo em R\$</b>	<b>Alíquota (%)</b>	<b>Parcela a Deduzir do Imposto em R\$</b>
Até R\$14.400,00	Isento	-
Acima de R\$14.400,00 até R\$16.800,00	5	2.160,00
Acima de R\$16.800,00 até R\$28.800,00	15	3. 840,00
Acima de R\$28.800,00 até R\$72.000,00	25	5.280,00
Acima de R\$72.000,00 até R\$144.000,00	30	8.880,00
Acima de R\$144.000,00	35	16.080,00

Art. 3 ° É assegurado revisão geral anual, sem distinção de índices, dos valores a que se refere esta Lei, ou qualquer outros expressos em Reais nesta, ou em suas alterações, a fim de manter a capacidade econômica do contribuinte, conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art. 145, § 1º.

Art. 4 ° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1 ° de janeiro de 2002.

Deputado PEDRO EUGÊNIO  
PPS/PE